



Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Procuradoria Geral de Justiça
Departamento de Planejamento e Gestão

Missão : Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

RESOLUÇÃO N° 03/1995 – CPJ

(Numero anterior – Resolução n° 002/1995-CPJ).

RENUMERADA Conforme o Ato Administrativo n ° 405/2009, que estabelece a numeração sequencial para atos oficiais do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e determina a renumeração da legislação interna consolidada, editada a partir de 1994.

O Colégio de Procuradores de Justiça no uso de suas atribuições legais e em face do artigo 82, item XIV da Lei Complementar n° 27/93,

Resolve,

Art. 1º - Ao cônjuge sobrevivente ou companheiro comprovado e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral em importância igual a um mês de vencimentos ou proventos percebidos pelo falecido, para atender às despesas de funeral e de luto.

Art. 2º – Na falta das pessoas enumeradas neste artigo, a quem custear o funeral do membro do Ministério Público, serão indenizadas as despesas até o limite referido neste artigo.

Art. 3º – A despesa correrá pela dotação orçamentária própria do cargo e o pagamento será efetuado pela Procuradoria Geral de Justiça mediante apresentação do atestado de óbito e, no caso do parágrafo anterior, mais os comprovantes das despesas.

Art. 4º – O pagamento do auxílio-funeral será realizado no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar do requerimento protocolado pelo interessado.

Art. 5º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cuiabá, 28 de março de 1 995.

LUIZ VIDAL DA FONSECA

Procurador Geral de Justiça
Presidente

LUIZ BENI MAIA

Procurador de Justiça
Secretário